

<b>RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO</b>	
Ordem de Serviço:	013/2018
Objeto:	Despesas com multas e juros de mora sobre pagtos. em atraso.
Unidade Auditada:	Secretarias de Administração direta
Período de Realização:	06/03/2018 a 16/ 05/ 2018

## **INTRODUÇÃO**

Com a entrada em vigor da Lei 6.105/2017 (regulamentada pelo Decreto 80/2017), foi instituída a Diretoria de Governança e Transparência – DGT –, cujo objetivo é centralizar as atividades de controle interno do Município.

A partir da vigência da referida lei, compete a essa Diretoria, em especial, adotar as providências necessárias de defesa do patrimônio público municipal, controle interno, auditoria pública, prevenção e combate à corrupção.

Diante disso, por meio da Ordem de Serviço n. 014/2018 apresentamos os resultados da ação de Governança, que teve por objetivo a relevância do apontamento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TC-6874.989.16) a respeito das despesas com multas e juros de mora sobre pagamentos em atraso, bem como as providencias tomadas juntamente à Secretaria de Finanças.

## CONSTATAÇÃO

### Despesas com Multas e Juros de Mora.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em seu relatório de acompanhamento quadrimestral (TC-6874.989.16), verificou irregularidades cometidas pelo Município com relação a **Despesas com Multas e Juros de Mora**.

No relatório, apurou-se que a Administração Pública, nos dois primeiros quadrimestres de 2017, empenhou grande valor monetário exclusivamente em multas e juros de mora, relacionados a contratos com fornecedores de serviço.

Esses dispêndios excessivos, ocasionados por gastos que poderiam ser evitados, caracterizam violação dos princípios de eficiência do servidor público.

O Art. 37 da Constituição Federal institui o princípio da eficiência, o qual, segundo Alexandre de Moraes (1999):

Impõe à Administração Pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, **primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar-se desperdícios e garantir-se uma maior rentabilidade social.** *grifo nosso*

Ressalta-se ainda, que ações dessa espécie causam ônus ao erário e vão contra o Art. 11 – II, presentes nos termos da lei 8.429/92 sobre Improbidade Administrativa:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:


II – retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.

Neste sentido, como servidores públicos de carreira e comissionados, devemos prezar pela economicidade (Art.70, caput – CF/88), nos conscientizar para sanar as ineficiências e implementar políticas públicas eficazes, aprimorando o sistema e tornando-o célere.

## PLANO DE PROVIDÊNCIAS - SECRETARIA DE FINANÇAS.

A Secretaria de Finanças, por meio do memorando 54/18/GC/SF de 16 de maio de 2018, informou a esta diretoria sobre as providências tomadas quanto aos Apontamentos do Tribunal de Contas 2º Quadrimestre/ 2017 – TC 6874.989.16-3, das quais seguem:

1. Cerca de 99% das contas das concessionárias de energia elétrica e de telefone foram incluídas em débito automático;
2. As contas de água da Secretaria de Educação foram 100% incluídas em débito automático junto ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE;
3. Todos os pagamentos que chegam em atraso para esta gerência de contabilidade, criamos uma rotina de notificar a Secretaria responsável, informando sobre a apuração de responsabilidade por tal ato, conforme exemplo abaixo:

 **Município de Jacareí**  
Paço da Cidadania  
Secretaria de Finanças

Jacareí, 08 de Maio de 2018.

Memo. 55/18/DF/SF

A  
[Redacted]  
[Redacted]

**Assunto: Pagamento de Multas/Juros S/Impostos**


Conforme apontamento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo TC 6874.989.16-3, orientamos que, para efeito de recolhimento de impostos, deve-se observar a competência da nota "período de execução de serviços".


Em anexo segue a nota fiscal 635, da Empresa [Redacted] que foi entregue na contabilidade no dia 07/04/2018 cuja competência é de abril, por isso houve incidência de multas/juros sobre o recolhimento do INSS.


O Tribunal de Contas do Estado aponta para este tipo de procedimento e orienta apuração de responsabilidade do responsável.

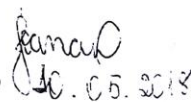
A reiteração desse procedimento pode acarretar abertura de processo administrativo

Certos de suas providências, atentamente.

  
Adriana de Azevedo Nogueira Preto  
Gerente de Contabilidade

  
Cláudio Luiz Tosetto  
Secretário de Finanças

  
Reynaldo B. Prianti Neto  
Diretor de Finanças

  
10.05.2018

Praça dos Três Poderes, 73 - Centro - Jacareí - SP CEP 12327-170  
Fone (121) 3955-9094/ 3954-4506

4. No tocante ao pagamento de fornecedores salientamos que os atrasos ocorreram no pagamento do INSS, referente às notas fiscais de Restos a Pagar de 2016, que foram honradas no decorrer do exercício de 2017, conforme autorização das Secretarias gestoras e a liberação de recurso vinculado, demonstrado na planilha abaixo:

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)													Em Reais						
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							Saldo Total						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo								
	Em Exercícios	Em 31 de dezembro de 2017				Em Exercícios	Em 31 de dezembro de 2017												
	Anteriores (a)	(b)				(c)	(d)					Anteriores (f)		(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f + g) - (i + j)	L = (e + k)
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	997.728,22				20.080.632,53	20.114.510,05					8.765,52		955.085,18	5.101.934,02	24.453.152,35	17.618.186,26	17.613.405,30	1.802.091,93
PODER EXECUTIVO	997.728,22	20.069.887,74	20.103.765,26	8.765,52	955.085,18	5.101.934,02	24.133.914,13	17.315.444,77	17.310.663,81	1.802.091,93	10.123.092,41	11.078.177,59							
Prefeitura	997.721,32	18.647.264,38	18.682.309,40	8.765,52	953.910,78	5.007.028,94	18.176.916,63	13.183.945,42	13.183.945,42	16.527,58	9.983.472,57	10.937.383,35							
SAAE	-	1.140.852,66	1.140.852,66	-	-	-	5.863.276,32	4.073.895,47	4.069.114,49	1.770.777,76	23.384,07	23.384,07							
IPMJ	-	179.242,01	179.242,01	-	-	-	22.417,67	8.108,53	8.108,53	14.309,14	-	-							
Fundação Cultural	6,90	97.346,97	96.179,47	-	1.174,40	-	10.150,00	7.600,00	7.600,00	-	5.584,81	6.759,21							
Fundação Pró Lar	-	1.365,40	1.365,40	-	-	91.870,27	47.465,07	28.684,36	28.684,36	-	110.650,96	110.650,96							
Serviço de Regulação	-	3.816,32	3.816,32	-	-	-	13.688,44	13.210,99	13.210,99	477,45	-	-							
PODER LEGISLATIVO	-	10.744,79	10.744,79	-	-	-	319.238,22	302.741,49	302.741,49	-	16.496,73	16.496,73							
Câmara Municipal	-	10.744,79	10.744,79	-	-	-	319.238,22	302.741,49	302.741,49	-	16.496,73	16.496,73							
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
TOTAL (III) = (I + II)	997.728,22	20.080.632,53	20.114.510,05	8.765,52	955.085,18	5.101.934,02	24.453.152,35	17.618.186,26	17.613.405,30	1.802.091,93	10.139.589,14	11.094.674,32							

Izaías José de Santana  
Prefeito Municipal

Francisco José Monteiro  
Controlador de Finanças e Orçamento

Adriana de Azevedo Nogueira Preto  
Gerente de Contabilidade

5. Hoje nos encontramos rigorosamente em dia com os pagamentos de fornecedores, porém, nos casos onde aguardamos a liberação de recurso vinculado, tomamos a providência de pagar os tributos (INSS) no vencimento correto para não acarretar a incidência de multa e juros;

## **RECOMENDAÇÕES FINAIS**

Por fim, além dos apontamentos já declinados anteriormente, recomenda-se às Secretarias que, ainda, ao receber documentação com prazo de vencimento, seja dado andamento rapidamente a aprovações para pagamento visando evitar multas e juros, pois em última análise esses valores devem ser de responsabilidade do servidor que os provocou, conforme acima citado.

Recomenda-se também que se atente para o não recebimento de contas e boletos dentro da data prevista, providenciando-se a segunda via urgentemente caso necessário.

À Secretaria de Finanças recomenda-se que, na reincidência de ocorrências, quando julgar necessário, ao notificar a Secretaria responsável conforme item 3 do seu Plano de Providências, que se faça cópia à Corregedoria para medidas cabíveis.

Jacareí, 16 de maio de 2018.

**ELIZETE DA CRUZ ROMANINI**  
DIR. GOV. E TRANSPARÊNCIA  
Matrícula 28664

**LUIZ CARLOS DOS SANTOS TURCI**  
CONTROLADOR-GERAL  
Matrícula 25761